

Prominp, PNQP e formação de mão de obra especializada

O setor de óleo e gás é o que mais cresce na economia brasileira. Livre da crise e com promessas de investimentos públicos e privados que devem passar dos 200 bilhões de dólares – principalmente devido à descoberta da camada pré-sal – já há alguns anos a área demanda mais profissionais especializados do que o mercado oferece, trazendo à tona a necessidade urgente de formação de mão de obra. De acordo com consultores de recrutamento na área, a falta de talentos é percebida em todo o mundo, e o aquecimento do mercado deve continuar até 2020.

Para preencher essa lacuna, foi criado o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), em 2006. O plano faz parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), criado pelo Governo Federal em 2003 com o objetivo de tornar a indústria nacional de bens e serviços mais competitiva na implantação de projetos de petróleo e gás no Brasil e no exterior.

O PNQP realiza cursos gratuitos em 80 entidades de ensino, distribuídas em 17 estados do país, e já beneficiou cerca de 45 mil pessoas. Estão contempladas 175 categorias profissionais, do nível básico ao superior.

Uma empreitada dessa magnitude não poderia sair do papel sem o comprometimento das grandes representantes do setor. O PNQP conta com a participação de nove entidades: Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi); Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip); Associação Brasileira de Consultoras de Engenharia (ABCE); Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib); Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal (Abitam); Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) e Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

A Abemi foi escolhida para representar essas entidades na gestão do PNQP. Entre nossas atribuições estão a verificação de turmas, acompanhamento de frequência, notas, pagamento de bolsa-auxílio, produção e envio de material didático, vestuário e material escolar e a emissão de certificados, entre outros.

Mas talvez sua mais importante atribuição seja mediar a relação entre empresa e escola, adequando o conteúdo programático dos cursos às necessidades do mercado, para permitir que os profissionais formados saiam dos bancos escolares prontos para começar a trabalhar. Tal esforço mostra-se eficaz: em pesquisa recente realizada junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged), constatou-se que 81% dos profissionais treinados estão empregados.

A meta da primeira fase do plano é capacitar 112 mil profissionais até março de 2010 para os segmentos de construção e montagem, operação e manutenção, engenharia e construção civil. Com isso, acreditamos que os profissionais e, conseqüentemente, as empresas que os empregam, poderão acompanhar as exigências e prioridades nos parâmetros das transformações das forças do mercado, que hoje está vendo simultaneamente a saída gradual do Estado dos vários setores e a abertura do país às tendências globalizantes. ■



Joaquim Passos Maia é diretor executivo do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) pela Abemi (Associação Brasileira de Engenharia Industrial).